X COLÓQUIO INTERNACIONAL
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil

ISSN: 1982-3657

Reflexões sobre Educação e Participação: Uma relação precisa e necessária

VIRGINIA CAROLINY SILVA ALEXANDRE

EIXO: 23. PESQUISA FORA DO CONTEXTO EDUCACIONAL

Resumo Este trabalho é parte da pesquisa realizada durante o doutorado em Sociologia. A pesquisa trata de estudar a participação na área da saúde através dos Conselhos e Conferências. Tem como título principal, "A Participação no Sistema Público de Saúde e as práticas cotidianas: um estudo sobre Conselhos e Conferências em Aracaju/SE". A perspectiva metodológica foi baseada em inspirações etnográficas, de trabalho de campo, de entrevistas, registros de escrita, fotos e vídeos. A relação entre educação e participação vem sendo foco de análise por conta das influencias em que a educação tem sobre a participação. Percebeu-se que mesmo com as noções de democracia e cidadania que permeiam a construção das políticas públicas, a participação demanda um nível de informação e instrução devido aos confusos caminhos burocráticos. A confusão e descompasso causados por isto provocam desmotivação e descrença em defender os direitos por essas vias de acesso institucionalizado. Por outro lado, isto também pode ser colocado em análise como indicativo das intencionalidades em que esses processos tem de não viabilizar uma participação efetiva. E a educação também passa por um cenário semelhante. Por isso, neste trabalho propomos uma reflexão acerca desta relação precisa e necessária entre educação e participação. **Palavras-chaves:** Educação, Participação, Escola, Cotidiano. **Abstract** This paper is part of a doctoral research project in Sociology. It aims to discuss the participation process through Health Councils and Conferences. The main title is "The participation in the Public Health System and Everyday Practices: A study about Councils and Conferences in Aracaju/SE". The methodological approach has been inspired with ethnographical perspective, with fieldwork, photos and videos. The relation between education and participation has been our focus of analysis because of the influences that education has over participation. We perceived that even with the

notions of democracy and citizenship that permeate the construction of public policy, participation process has demanded a certain kind of instruction and education level. This is related to the confusing bureaucratic paths that creates demotivation and disbelief, on make people use the institutional paths to participate effectively. In the other hand, this also can be used as an indicative to the intentions in which participation really happens. Education has the same kind of political scenario as health policies. That is why we proposed in this paper to think about this needful relation between education and participation. **Keywords:** Education, Participation, School, Everyday Practice.

1.Introdução Este artigo é parte de um estudo de doutorado em sociologia na Universidade Federal de Sergipe. Com este artigo, objetiva-se compreender a importância da relação entre educação e a participação política e social dos cidadãos. A esfera pública em geral e os governos estão sempre vistos como algo distante da vida cotidiana. Esse distanciamento faz com que o sentimento de impossibilidade de mudança através da participação se torne cada vez mais alimentado. Neste artigo propomos uma reflexão sobre a relação do exercício do controle social com a educação. O trabalho de campo realizado até este momento abriu uma brecha para se pensar esta questão que permeou as atividades de pesquisa nas Pré-Conferências locais, na Conferência Municipal, e na Conferência Estadual de Saúde. A fonte de inspiração metodológica vem da etnografia. O trabalho de campo e a escrita possuem relações diferenciadas nesta perspectiva. O olhar que o pesquisador desenvolve e o tempo gasto no campo de pesquisa são indispensáveis para fundamentar nossas problematizações acerca de um objeto estudado. A educação, assim como a saúde e demais áreas, estão sempre nas pautas dos discursos eleitorais, pois carregam funções de chamar a atenção do eleitor. Certamente um governo que se direciona mais à estas áreas terá boa receptividade pelos que delas necessitam. No entanto, as promessas já se tornaram históricas e sempre são as primeiras a serem cortadas quando o orçamento da União é revisto. A saúde, educação e assistência são áreas que mais brasileiros precisam dela para viver melhor e para ter uma possibilidade de mobilidade social no futuro. Participar do controle social nas políticas públicas requer um nível de informação que dificulta o envolvimento da maioria. Não somente isso, há um jogo de interesses para que essa participação realmente não seja efetivada. Por isso, as pessoas que participam precisam estar o tempo todo se informando e compreendendo o contexto desse jogo de interesses para poder se agenciar dentro do ambiente no qual participa. A relação da política com a educação é intrínseca e inevitável, tanto do ponto de vista de quem detém o poder maior de decisão, como os que reagem frente as situações de exclusão e desigualdade social. Um grande filosofo como Aristóteles, relacionavam a polis, o viver juntos, as cidades, com o fato de sermos 'seres políticos'. Sua importante concepção de que o homem é um animal político é reutilizada e reafirmada até hoje, pois nenhum ser humano

consegue viver sozinho, precisamos viver em relação com os outros. É por isso que precisa-se de meios para organizar essa vivência. A política surge justamente para organizar esse viver juntos, mas não somente isto, é também o viver em liberdade e igualdade entre os homens. Se a política está para mediar as relações entre os homens e não permitir injustiças, porque a educação, especificamente as políticas públicas para educação, são rejeitadas e levadas ao descaso por diferentes governantes?

O que há de errado então?

A educação é um forte instrumento de empoderamento e emancipação dos cidadãos, talvez por isso, ela seja, desde então, não valorizada. A pesquisa de doutorado ainda está em curso. Neste momento as reflexões são exercícios de aquecimento para explicar o objeto de estudo. Neste cenário, estão em jogo diversas questões a serem consideradas, tais como, política, cidadania, educação dominação e poder. A participação na área da Saúde é o foco de nossos estudos. O fato de sentir a necessidade de relacionar a educação com o controle social vem do campo de pesquisa, onde a relação com as pessoas envolvidas alertaram para esta análise. Ser Conselheiro de Saúde, por exemplo, requer um exercício diferente. Requer ter conhecimento e agenciamentos para se mover diante de um ambiente marcado pelo jogo de interesses políticos e partidários. Por isso, nos propomos a analisar algumas questões sobre a educação e sobre a participação. Vamos tratar reflexões de autores importantes que nos ajudarão a pensar sobre nosso campo de estudo. **2. Um pouco de história** A educação brasileira é marcada por diversos traços de momentos históricos distintos desde o surgimento das escolas e da obrigatoriedade da educação como um direito e um dever do cidadão. A educação nem sempre esteve institucionalizada e diretamente ligada às escolas e a processos padronizados e específicos de ensino-aprendizagem. Brandão (1995) mostra algumas colocações e interpretações de como a educação é praticada e transferida através da família e da comunidade. Segundo este autor, a educação é tida como um instrumento de avanço e desenvolvimento do ser humano. Esta é mantida e praticada em diferentes culturas e valorizada pela forma que mantém as relações sociais organizadas, tornando assim possível a vida em coletivo. As doutrinas pedagógicas e as correntes filosóficas influenciam a construção de modelos diferenciados de educação. Por ser construída sócio historicamente a educação possui marcas de diferentes momentos que não foram totalmente extintos e modificados, ou seja, para entendermos a educação nos moldes atuais é importante conhecer sua formação histórica de estrutura e pensamento. As mudanças e marcos históricos possuem elementos que permanecem nos modelos seguintes e assim o conjunto de acontecimentos históricos vão constituindo a educação. Chauí (2000) explica e relaciona as diferentes correntes filosóficas com as doutrinas pedagógicas. Assim coloca a filosofia antiga, a patrística, a medieval, a da Renascença, a Moderna, a do Iluminismo e a filosofia contemporânea, onde tem-se uma corrente filosófica de valores e crenças que influenciaram na educação. Por exemplo a relação da fé e razão; valorização do homem como

centro do universo no período do Renascimento (XIV-XVI), surgimento da burguesia, da educação laica, e de uma educação voltada para a prática diária devido ao desenvolvimento do comércio. Dentre outras correntes e acontecimentos históricos importantes, a autora coloca a filosofia contemporânea trazendo a pós-modernidade que critica as ideias da modernidade como o racionalismo, a confiança extrema na razão, a defesa de uma outra perspectiva de interpretar a relação sujeito-objeto como infundada. Neste momento o conhecimento se define pelos critérios de utilidade e eficácia e não pela relação da verdade ou falsidade como na modernidade. Com isso, é possível perceber as mudanças históricas que influenciaram e ainda influenciam de certo modo o processo de educação. A cultura passa a ser reconhecida e valorizada para a compreensão de um contexto social, as particularidades e significados, crenças e valores são colocados como fundamentais no processo de construção do conhecimento cientifico. Dessa forma surgem diferentes abordagens e métodos científicos, até então de caráter mais positivista, para uma abordagem mais fenomenológica, de compreender os acontecimentos e a construção dos sujeitos históricos. O contexto atual da educação escolar pode ser descrito como um emaranhado desses acontecimentos históricos e relacionados a interesses políticos e econômicos de uma classe social dominante, que se fortaleceu mais precisamente com a Revolução Burguesa no século XIX. A escola passou a ser um instrumento de dominação e legitimação das diferenças de classe, assim como preparar os trabalhadores para exercer determinadas funções e para ocupar o papel de subordinado. Alguns autores como Frigoto (1995) colocam a dualidade da escola, uma para a classe dirigente e a outra para a classe trabalhadora. Mesmo assim, para estes últimos a educação escolar passa a ser um instrumento de possibilidade de mobilidade social. A educação tem avançado muito no processo de democratização do ensino e na busca de uma escola mais inclusiva e de maior qualidade. No entanto, tem-se este duplo aspecto, de um lado a luta por uma educação igualitária e de qualidade e, de outro os interesses de pequenos grupos que mantém o monopólio e o acesso às melhores condições de educação. A pesquisa cientifica, tem contribuído também para analisar e compreender os fenômenos da desigualdade e exclusão social que permeiam os ambientes escolares e o desenvolvimento da educação. Torna-se um desafio para os pesquisadores e professores fazer com que a educação escolar seja próxima à realidade e que atenda por igual à todos que dela necessitam. As pesquisas sociais realizadas tratam de compreender discussões que estão inseridas em um emaranhado de acontecimentos históricos, levando em consideração todos os aspectos que compõem o tecido social, ou seja as "teias" de relações por onde desenvolvem-se a produção de sentido. Em outras palavras, é importante considerar os movimentos de mudanças históricas, sociais e culturais em relação de mediação entre espaço e tempo tanto local quanto global. Não é apenas um fator determinante, mas sim um conjunto de acontecimentos e interesses diversos. **3. A Escola** A escola enquanto instituição de caráter público de 'livre' acesso parece ser importante e uma alternativa de busca por

conhecimento e melhorias nas condições de vida devido a sua relação com o mercado de trabalho. A formação atual está diretamente relacionada e determinada pelas condições e exigências do mercado de trabalho, onde a educação é considerada fundamental para conseguir emprego e salário. No entanto, parece ficar, intencionalmente, no esquecimento o potencial emancipador e politicamente instrutivo que uma instituição de ensino poderia ter. Com isso os modos de produção, a atual valorização da mão-de-obra especializada e competente faz com que haja mais procura por cursos e formação. Mesmo com tantas procuras ainda temos problemas agravantes no Brasil, pois a desigualdade e a exclusão social parecem tomar outra forma, mas sua contínua produção é ainda mais acelerada e preocupante. Então poderíamos nos perguntar: como e porque a valorização da educação e o aumento por sua busca não responde as disparidades sociais e as condições precárias em que muitas escolas ainda permanecem?

A escola se encontra ainda distante da realidade e do contexto social local, não há uma relação de proximidade com os problemas advindos das diferenças sociais. Ou seja, ainda não há um diálogo convincente, uma relação de compreensão e reciprocidade entre a escola e as diversas culturas e meios sociais. Com isso a relação entre alunos, pais e professores muitas vezes são conflituosas e de difícil entendimento. Neste sentido podemos remeter ao que Enguita (1989) coloca como "A face oculta da escola", ou seja, sua fundamentação e sua formação histórica de interesses de manter uma ideologia dominante. O que alicerça a estrutura da escola ainda permanece nesse sentido e as formas de organização técnicas e burocráticas da educação comprova essa dominação. A estrutura da escola precarizada, como podemos perceber em qualquer escola pública no Brasil, é reflexo de "jogo de interesses" políticos e econômicos. A escola prepara os 'cidadãos' de um país para o servir, servir o mercado e a reprodução da riqueza acumulada. Embora considerada importante e fundamental para o processo de busca por conhecimento, a escola enquanto instituição do Estado é instrumento de reprodução de uma ideologia dominante, de adequação à normas impostas, muitas vezes distantes da realidade cultural. Paralelo e paradoxalmente à esta visão a escola é considerada importante para o processo de formação e busca por conhecimento. É vista como positivo para o desenvolvimento da vida em sociedade, da organização e direitos sociais. Sem a educação e seu desenvolvimento histórico não poderíamos estar refletindo sobre seu próprio funcionamento. A educação é fundamental para o desenvolvimento do ser humano, para viver no coletivo. Entretanto verificamos nos cotidianos escolares que a escola falha neste aspecto. Inúmeros são os problemas e conflitos provenientes das diferenças culturais, de raça, classe e gênero, que não são lidas pela escola e pelas práticas escolares. Então reescrevo a pergunta: como e porque a educação brasileira continua precária, diante de inúmeros estudos de nomeados pesquisadores da educação brasileira, de constatações de que este 'sistema' de organização escolar não funciona com o mesmo propósito que pensamos a educação de libertação e emancipação?

As respostas perpassam pelos interesses de uma estrutura organizacional do sistema político e econômico norteado pelos modos de produção capitalista na formação de mão-de-obra qualificada para as melhorias e aumento da produção. O que está na base, na fundação da educação ainda continua sendo os interesses de uma classe dominante. Assim o trabalho de professores e pesquisadores e de diversos segmentos sociais de busca por melhorias torna-se complicado e de difícil acesso, mas é importante ressaltar que não o torna impossível. Com isso, percebe-se a importância de uma Escola próxima e voltada para a realidade social e cultural da comunidades onde está inserida. Ao invés disso, verificamos uma escola que cada vez mais está mantendo suas raízes históricas de opressão e controle. Isto dificulta e limita a permanência e vitalidade de novos conceitos e novas práticas mais libertadoras e criadoras que a educação através da escola poderia proporcionar. A realidade social externa à escola é tão importante quanto o ato de ensinar. Por muitos anos, e ainda prevalece nos dias de hoje, a Escola trata seus alunos e professores de uma forma que todos fossem neutros e ausentes de qualquer sentimento e crenças. Os problemas sociais estão presentes e as diferenças, ou melhor, as produções culturais sobre as diferenças de classe social, gênero, raça, religião, influenciam na formação de cada um, e consequentemente nas suas relações, pelas quais se tornam, em primeiro lugar, sujeitos sociais. As relações sociais produzidas na escola estão intimamente ligadas ao contexto social interno e externo aos "muros da escola". Ela está presente, interligada ao conjunto de diferenças que tem que permanecer juntas, em uma sala de aula de forma "neutralizada" sem colocar sua expressão e descontentamento. Ao contrário de entender essas diferenças e estabelecer uma relação de reciprocidade com sua comunidade, a escola mantém sua rigidez e disciplina através de regras e padrões a serem seguidos os quais estão distantes da realidade local e cultural. Dessa forma, os conflitos gerados por estes "choques" de diferenças são cada vez mais alimentados com os tramites institucionais e burocráticos de uma unidade escolar. Nessa perspectiva, podemos retomar as perguntas, como e porque a Escola continua mantendo esse tipo e padrão de relação, rígida, autoritária, excludente se já existem inúmeros estudos e pesquisas sobre este tipo de Escola e educação que provam sua ineficácia?

Porque é tão extraordinário e difícil de manter um diálogo recíproco entre alunos, professores, comunidade e instituição?

Para refletir sobre uma possível resposta é preciso olhar a situação histórica e social, do surgimento e dos objetivos da escola, para entendermos sua ideologia e a formação de uma educação institucionalizada; e um outro ponto importante é a relação (positiva ou negativa) da escola com sua realidade externa, com o contexto social e cultural. Por que as famílias não se sentem como pertencentes à escola e porque a escola causa situações traumáticas aos seus alunos e professores?

Quais as principais dificuldades encontrada pelos professores em ter e manter uma relação

recíproca entre a escola e a comunidade?

Segundo Veiga-Neto, em Foucault & Educação (2005, p.83), o papel conferido à escola é a regulação social, de disciplinar e "fabricar corpos dóceis". A escola atual ainda possui características de uma sociedade disciplinar, de alinhamento, silêncio e subordinação. A estrutura física das escolas marcam essa característica como as carteiras enfileiradas, a ordem, a quantidade de alunos por série, ou seja, muito aluno para apenas um professor. Com isso a transmissão do conhecimentos fica restrito ao ouvir o professor nas suas explanações. Vivemos em uma sociedade mais hierárquica e burocrática do que democrática e cidadã, onde a valorização dos interesses pessoais são difíceis de superar para pensar de forma mais coletiva e de desenvolvimento de algo comum à maioria, que é a educação, a escola. Segundo Paro (2001) é necessário que a escola tenha um poder de decisão que possa ser compartilhado com seus usuários com a finalidade de servi-los de maneira mais efetiva. O mesmo autor ressalta que há uma grande "farsa educacional" em separar conceitos como qualidade e quantidade, "que são dialeticamente interdependentes, para mistificar a realidade do nosso pseudo-ensino". Esses entremeios da prática educacional desacelera um possível processo de desenvolvimentos educacional e barra as possibilidades de relação com o meio cultural em que a escola está situada. De acordo com Paro (2001) "cada vês mais se afirma a participação da comunidade, especialmente os pais, não apenas como um direito de controle democrático sobre os séricos do Estado, mas também como uma necessidade do próprio empreendimento pedagógico que é levado a efeito na escola", mas enfatiza o autor que este processo deve ser de continuidade e "enraizamento", intrínseco nas práticas escolares e que possa sair realmente dos escritos e artigos da lei para o cotidiano das escolas. Este certamente é mais um, entre tantos desafios de diferentes profissionais, para garantir que os direitos de cidadania sejam cumpridos. Para que haja uma autonomia da escola é necessário uma autonomia administrativa que seja situada no momento histórico reconhecendo a diversidade social e cultural existente. Silva (1996) considera que as abordagens sobre a autonomia são insuficientes pois coloca que "o que cria e mantém uma instituição autônoma é o sujeito que a institui e garante sua existência". As instituições humanas são criadas e mantidas por seres humanos e que o esquecimento do sujeito tende a, nos termos de Silva, "coisificar" a autonomia. Este mesmo autor ressalta que "sem sujeito uma estrutura não tem vida e poder, quando muito, ser algo a facilitar ou dificultar a ação dos seres humanos concretos que a utilizam". Diante dessas colocações Silva diz que é importante repetir insistentemente a pergunta: "Quem" é a escola?

"Quem" é a sociedade?

"Quem" é o sujeito estruturador?

O sujeito é fator ausente na autonomia e por isso a compreensão da totalidade fica prejudicada. Segundo o mesmo autor esse esquecimento do sujeito é fruto da "desumanização" da instituição, "que parece ganhar vida, independente das pessoas que criam e mantém, tornando-se um ente

com existência própria". Com isso, a historicidade da escola e sua função social de responsabilidade com a educação para todos fica esquecida e a escola entra no "mundo das coisas". Silva ressalta que a participação é um processo e que não pode ser pensado separadamente do tempo e de construções históricas e culturais. Ou seja, que não acontece do dia para a noite a participação da comunidade na escola. É preciso desconstruir e aproximar a escola de forma gradativa e com isso chegar na efetiva relação da escola e comunidade a partir de uma gestão comunitária firme, fundamentada e estabelecida com caráter contínuo de transformação da realidade de distanciamentos da escola com seus usuários e com o contexto em que está inserida.

4. A Participação A participação se torna cada vez mais desfigurada devido ao tipo de formação dada pelas políticas públicas de educação, que está mais voltada para um mundo do trabalho do que para a construção social da cidadania. A busca por qualificação é sinônimo de melhorias de trabalho e salário. A educação perde sua essência como princípio emancipador de desenvolvimento humano. No entanto, mesmo que esta busca acirrada por qualificação esteja abafando este lado da educação, de uma forma ou de outra se efetiva. Embora os interesses maiores sejam voltados para o mercado de trabalho, a educação continua presente em suas diversas formas e possibilidades de mobilidade social e busca por conhecimento. O processo de participação ocorre em diferentes lugares e momentos. De uma forma ou de outra, sempre tem um grupo de pais ou de alunos e professores tentando articular maneiras de driblar com as dificuldade impostas pelas forças institucionais de um Estado burocrático e de intencionalidades políticas governamentais. A participação possui formas concretas e exigências legais a serem cumpridas. Há um caminho institucional e burocrático a ser percorrido. Com isso, poderíamos dizer que o modelo de participação pode ser uma "faca de dois gumes": de um lado, o fato de estar garantida em lei torna a participação pré-requisito para o recebimento de verbas e prestação de gastos financeiros, bem como obriga o desenvolvimento de programas de acordo com as demandas; Por outro lado, esse engessamento ao mesmo tempo que legitima a participação, também a distância dos participantes, que por vários motivos (formação, trabalho, falta de tempo), acabam participando de forma superficial ou somente quando a escola solicita. Na verdade poderíamos arriscar a afirmação de que uma prática de participação necessita da outra para operacionalizar. Sem a participação institucionalizada não haveriam espaços deliberativos regidos por lei dentro da formulação das políticas públicas que garantisse os direitos sociais. E para que a participação alcance os interesses da população ela necessita ser organizada em espaços não institucionais, articuladas durante uma conversa de muro entre vizinhos, uma reunião familiar ou uma ida ao mercado. Assim como na educação, a saúde também é construída em paralelo aos processos de participação que tentam incansavelmente encontrar maneiras de fazer parte das decisões. Para Vianna, por exemplo, os conselhos de saúde e as conferências consolidaram-se "como espaços de mediação, participação e intervenção de interesses e valores diversificados e plurais" (VIANNA,

2009 p.219). Vianna traz algumas reflexões a respeito do estatuto do conceito de participação no campo das ciências sociais. Ela discute as tentativas de definir o fenômeno da participação e relembra que a discussão sobre o tema é, consideravelmente nova nas agendas públicas e acadêmica. Partilhamos aqui de uma indagação que a autora faz sobre o funcionamento do processo de participação: "tratar-se-ia de uma potência decisória ilusória?
". Certamente esta resposta vem sendo procurada por muitos pesquisadores. Esta pergunta também permeia nossas reflexões. Como saber, que tipo de participação se consolida no dia a dia das pessoas e das instituições?

Cortes (2002), considera que há participação quando o envolvido tomar parte do processo de decisão política. Esta autora estuda a participação no contexto de reformas setoriais em países em desenvolvimento. E nos lembra que este fenômeno da participação vem surgindo também devido a atuação dos movimentos sociais. O contexto da participação, como podemos perceber, é amplo e diverso. Evelina Dagnino (2004) traz uma importante reflexão sobre o lado "perverso" em que a participação pode estar relacionada: uma vez que não se encontra somente no processo de democratização do país, mas também nos interesses do neoliberalismo (Estado Mínimo). Segundo a autora, ambos "fortalecem a sociedade civil". Explica a "confluência perversa e o deslocamento de significados" em que a noção e a prática de participação vem tomando. Afirma que com as políticas neoliberais, de retorno ao individualismo e à solidariedade, é redefinido o significado da participação. Em suas palavras, "o significado político crucial da participação é radicalmente redefinido e reduzido à gestão" (DAGNINO, 2004 p. 103). No entanto, Dagnino nos lembra que "o projeto neoliberal encontra um contentor relativamente consolidado ... capaz de constituir um campo de disputa" (DAGNINO, 2004 p. 99). Ou seja, a organização da sociedade civil, os movimentos sociais, as lutas democratizantes estão presentes reafirmando um coletivo que os interesses neoliberais não se cansam em esconder. A participação é um fenômeno social que vem sendo estudada por muitos autores. Tem sua história ligada aos movimentos sociais, as questões de cidadania, democracia e sociedade civil. Existem dois tipos de participação colocadas por Avritzer (2012) que este trabalho durante o doutorado em sociologia também pretende investigar: Uma que designou de "participação institucionalizada", ou seja, que está prevista em lei, que determina políticas públicas nos três níveis de governo e que conta com a participação da sociedade civil. E uma outra, "que se manifestam na persistência de formas não institucionalizadas de participação, lado a lado com as formas institucionalizadas, especialmente aquelas organizadas pelo Estado" (AVRITZER, 2012 p 11-12). Sendo assim, estas duas noções de participação são como pontos de partida para o trabalho de campo e a análise dos dados da pesquisa proposta. É importante considerar que estas duas noções não são tomadas isoladamente, pelo contrário, elas acontecem ao mesmo tempo, nos entremeios das práticas institucionais e cotidianas. O campo de pesquisa está sendo dentro do contexto da participação no Sistema Único de Saúde (SUS). Essa

discussão necessária entre participação e educação vem deste campo, que nos fez verificar a importância em que estes dois pilares precisam ficar juntos, mas que estão sempre sendo distanciados. A saúde foi o setor pioneiro na institucionalização de espaços como os conselhos. Segundo Avritzer isso se deve às fortes manifestações da sociedade civil organizada através dos movimentos sociais. Boaventura de Souza Santos, nos remete a uma questão polêmica: fala na necessidade de "democratizar a democracia". Ao descrever sobre os caminhos da democracia participativa, enfatiza dois vieses da participação: um que é a sua vulnerabilidade e ambiguidades; e outro as suas potencialidades, ou seja, as conquistas efetivas através dos processos de participação. Além disso, nos remete ao que chama de "recriação das formas do político", visto que os caminhos democráticos estão cada vez mais fechados aos interesses dos que chama de "atores hegemônicos". Comenta que, a participação pode se transformar facilmente em um processo de controle social que se organiza "de cima para baixo, onde interesses e atores hegemônicos encontram uma nova forma de prevalecer sobre interesses e atores subordinados, com menos capital político ou organizativo" (SANTOS, 2002 p. 28). Em contrapartida, este mesmo autor afirma que a participação também produz espaços de inovação, "capaz de gerar modelos contra-hegemônicos de democracia" (SANTOS, 2002 p. 33). Neste sentido, a participação ganha múltiplos aspectos e isso demonstra os inúmeros usos que se faz deste processo. **5. Reflexões Finais** Diante das reflexões até aqui realizadas, é possível afirmar a importância de compreender os fatos históricos e o processo de construção social. A história nos mostra que as mudanças ocorrem ao longo do tempo e que deixam suas marcas, assim como o surgimento de novas teorias, formas de vida e de sociedade. A educação faz parte desse processo histórico, constitui e é constituída pelas relações sociais, históricas e culturais. Percebemos muitos avanços e retrocessos em diferentes pontos de vista na educação, e isto nos faz pensar em que tipo de educação estamos reproduzindo e que tipo de formação nos produz. As discussões acadêmicas ganham fôlegos devido à importância de conhecer o que está como "pano de fundo" do cenário educacional brasileiro. Pensar em educação é pensar no coletivo, na formação do ser humano para a organização da vida em sociedade; é pensar em interesses políticos e econômicos. As pesquisas e ações no campo da educação são fundamentais para o processo de construção social e da própria história dos fundamentos da educação para compreendermos a dinâmica das relações sociais. O campo de pesquisa nos tem mostrado a relação intrínseca do tipo de educação estamos adquirindo em nossas escolas com o processo de participação social e política. Cada vez mais as pessoas se desinteressam de participar por falta de informações e também, por não acreditarem que, em algumas instancias participativas, suas reinvindicações serão atendidas. A educação faz parte de um complexo amontoado de consequências, globais e locais, que devem ser estudadas para a continuidade de um processo de busca por melhorias na qualidade de vida. O processo de participação depende substancialmente de um processo educacional voltado para a vida em

sociedade e não somente para criar mão de obra qualificada e mal remunerada. **6. Bibliografia**

AVRITZER, Leonardo. *Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Brandão, Carlos. *O que é Educação?*
São Paulo: Brasiliense, 1995. CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo. Editora Ática, 2006. CORTES, Soraya M.V*. Construindo a Possibilidade da Participação dos Usuários***:** conselhos e conferências no sistema único de saúde. In: Sociologias. Porto Alegre, ano 4, n 7, 2002. DAGNINO, Evelina. *Sociedade Civil. Participação e Cidadania: do que estamos falando?*
In: Politicas de Ciudadania y Sociedad en tiempos de globalizacón. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. ENGUITA, M. F. *A Face Oculta da Escola*. Artes Médicas: Porto Alegre, 1989. Paro, Vitor Henrique. *Escritos Sobre Educação*. São Paulo: Xamã, 2001. SANTOS, Boaventura de S. (org). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 SILVA, Jair Militão. *A autonomia da escola pública:* A re-humanização da escola. Campinas: Papirus, 1996 (Coleção Práxis). Veiga-neto, Alfredo. *Foucault & a Educação*. Belo Horizonte: Autentica, 2005. VIANNA, Maria Lúcia T. W. *Participação em Saúde: do que estamos falando?*
In: Sociologias, Porto Alegre, ano 11, n 21, 2009.

1.Introdução Este artigo é parte de um estudo de doutorado em sociologia na Universidade Federal de Sergipe. Com este artigo, objetiva-se compreender a importância da relação entre educação e a participação política e social dos cidadãos. A esfera pública em geral e os governos estão sempre vistos como algo distante da vida cotidiana. Esse distanciamento faz com que o sentimento de impossibilidade de mudança através da participação se torne cada vez mais alimentado. Neste artigo propomos uma reflexão sobre a relação do exercício do controle social com a educação. O trabalho de campo realizado até este momento abriu uma brecha para se pensar esta questão que permeou as atividades de pesquisa nas Pré-Conferências locais, na Conferência Municipal, e na Conferência Estadual de Saúde. A fonte de inspiração metodológica vem da etnografia. O trabalho de campo e a escrita possuem relações diferenciadas nesta perspectiva. O olhar que o pesquisador desenvolve e o tempo gasto no campo de pesquisa são indispensáveis para fundamentar nossas problematizações acerca de um objeto estudado. A educação, assim como a saúde e demais áreas, estão sempre nas pautas dos discursos eleitorais, pois carregam funções de chamar a atenção do eleitor. Certamente um governo que se direciona mais à estas áreas terá boa receptividade pelos que delas necessitam. No entanto, as promessas já se tornaram históricas e sempre são as primeiras a serem cortadas quando o orçamento da União é revisto. A saúde, educação e assistência são áreas que mais brasileiros precisam dela para viver melhor e para ter uma possibilidade de mobilidade social no futuro. Participar do controle social nas políticas públicas requer um nível de informação que dificulta o envolvimento da maioria.

Não somente isso, há um jogo de interesses para que essa participação realmente não seja efetivada. Por isso, as pessoas que participam precisam estar o tempo todo se informando e compreendendo o contexto desse jogo de interesses para poder se agenciar dentro do ambiente no qual participa. A relação da política com a educação é intrínseca e inevitável, tanto do ponto de vista de quem detém o poder maior de decisão, como os que reagem frente as situações de exclusão e desigualdade social. Um grande filosofo como Aristóteles, relacionavam a polis, o viver juntos, as cidades, com o fato de sermos 'seres políticos'. Sua importante concepção de que o homem é um animal político é reutilizada e reafirmada até hoje, pois nenhum ser humano consegue viver sozinho, precisamos viver em relação com os outros. É por isso que precisa-se de meios para organizar essa vivência. A política surge justamente para organizar esse viver juntos, mas não somente isto, é também o viver em liberdade e igualdade entre os homens. Se a política está para mediar as relações entre os homens e não permitir injustiças, porque a educação, especificamente as políticas públicas para educação, são rejeitadas e levadas ao descaso por diferentes governantes?

O que há de errado então?

A educação é um forte instrumento de empoderamento e emancipação dos cidadãos, talvez por isso, ela seja, desde então, não valorizada. A pesquisa de doutorado ainda está em curso. Neste momento as reflexões são exercícios de aquecimento para explicar o objeto de estudo. Neste cenário, estão em jogo diversas questões a serem consideradas, tais como, política, cidadania, educação dominação e poder. A participação na área da Saúde é o foco de nossos estudos. O fato de sentir a necessidade de relacionar a educação com o controle social vem do campo de pesquisa, onde a relação com as pessoas envolvidas alertaram para esta análise. Ser Conselheiro de Saúde, por exemplo, requer um exercício diferente. Requer ter conhecimento e agenciamentos para se mover diante de um ambiente marcado pelo jogo de interesses políticos e partidários. Por isso, nos propomos a analisar algumas questões sobre a educação e sobre a participação. Vamos tratar reflexões de autores importantes que nos ajudarão a pensar sobre nosso campo de estudo. **2. Um pouco de história** A educação brasileira é marcada por diversos traços de momentos históricos distintos desde o surgimento das escolas e da obrigatoriedade da educação como um direito e um dever do cidadão. A educação nem sempre esteve institucionalizada e diretamente ligada às escolas e a processos padronizados e específicos de ensino-aprendizagem. Brandão (1995) mostra algumas colocações e interpretações de como a educação é praticada e transferida através da família e da comunidade. Segundo este autor, a educação é tida como um instrumento de avanço e desenvolvimento do ser humano. Esta é mantida e praticada em diferentes culturas e valorizada pela forma que mantém as relações sociais organizadas, tornando assim possível a vida em coletivo. As doutrinas pedagógicas e as correntes filosóficas influenciam a construção de modelos diferenciados de educação. Por ser construída sócio historicamente a educação possui marcas de

diferentes momentos que não foram totalmente extintos e modificados, ou seja, para entendermos a educação nos moldes atuais é importante conhecer sua formação histórica de estrutura e pensamento. As mudanças e marcos históricos possuem elementos que permanecem nos modelos seguintes e assim o conjunto de acontecimentos históricos vão constituindo a educação. Chauí (2000) explica e relaciona as diferentes correntes filosóficas com as doutrinas pedagógicas. Assim coloca a filosofia antiga, a patrística, a medieval, a da Renascença, a Moderna, a do Iluminismo e a filosofia contemporânea, onde tem-se uma corrente filosófica de valores e crenças que influenciaram na educação. Por exemplo a relação da fé e razão; valorização do homem como centro do universo no período do Renascimento (XIV-XVI), surgimento da burguesia, da educação laica, e de uma educação voltada para a prática diária devido ao desenvolvimento do comércio. Dentre outras correntes e acontecimentos históricos importantes, a autora coloca a filosofia contemporânea trazendo a pós-modernidade que critica as ideias da modernidade como o racionalismo, a confiança extrema na razão, a defesa de uma outra perspectiva de interpretar a relação sujeito-objeto como infundada. Neste momento o conhecimento se define pelos critérios de utilidade e eficácia e não pela relação da verdade ou falsidade como na modernidade. Com isso, é possível perceber as mudanças históricas que influenciaram e ainda influenciam de certo modo o processo de educação. A cultura passa a ser reconhecida e valorizada para a compreensão de um contexto social, as particularidades e significados, crenças e valores são colocados como fundamentais no processo de construção do conhecimento cientifico. Dessa forma surgem diferentes abordagens e métodos científicos, até então de caráter mais positivista, para uma abordagem mais fenomenológica, de compreender os acontecimentos e a construção dos sujeitos históricos. O contexto atual da educação escolar pode ser descrito como um emaranhado desses acontecimentos históricos e relacionados a interesses políticos e econômicos de uma classe social dominante, que se fortaleceu mais precisamente com a Revolução Burguesa no século XIX. A escola passou a ser um instrumento de dominação e legitimação das diferenças de classe, assim como preparar os trabalhadores para exercer determinadas funções e para ocupar o papel de subordinado. Alguns autores como Frigoto (1995) colocam a dualidade da escola, uma para a classe dirigente e a outra para a classe trabalhadora. Mesmo assim, para estes últimos a educação escolar passa a ser um instrumento de possibilidade de mobilidade social. A educação tem avançado muito no processo de democratização do ensino e na busca de uma escola mais inclusiva e de maior qualidade. No entanto, tem-se este duplo aspecto, de um lado a luta por uma educação igualitária e de qualidade e, de outro os interesses de pequenos grupos que mantém o monopólio e o acesso às melhores condições de educação. A pesquisa cientifica, tem contribuído também para analisar e compreender os fenômenos da desigualdade e exclusão social que permeiam os ambientes escolares e o desenvolvimento da educação. Torna-se um desafio para os pesquisadores e professores fazer com que a educação escolar seja próxima à realidade e que

atenda por igual à todos que dela necessitam. As pesquisas sociais realizadas tratam de compreender discussões que estão inseridas em um emaranhado de acontecimentos históricos, levando em consideração todos os aspectos que compõem o tecido social, ou seja as "teias" de relações por onde desenvolvem-se a produção de sentido. Em outras palavras, é importante considerar os movimentos de mudanças históricas, sociais e culturais em relação de mediação entre espaço e tempo tanto local quanto global. Não é apenas um fator determinante, mas sim um conjunto de acontecimentos e interesses diversos. **3. A Escola** A escola enquanto instituição de caráter público de 'livre' acesso parece ser importante e uma alternativa de busca por conhecimento e melhorias nas condições de vida devido a sua relação com o mercado de trabalho. A formação atual está diretamente relacionada e determinada pelas condições e exigências do mercado de trabalho, onde a educação é considerada fundamental para conseguir emprego e salário. No entanto, parece ficar, intencionalmente, no esquecimento o potencial emancipador e politicamente instrutivo que uma instituição de ensino poderia ter. Com isso os modos de produção, a atual valorização da mão-de-obra especializada e competente faz com que haja mais procura por cursos e formação. Mesmo com tantas procuras ainda temos problemas agravantes no Brasil, pois a desigualdade e a exclusão social parecem tomar outra forma, mas sua contínua produção é ainda mais acelerada e preocupante. Então poderíamos nos perguntar: como e porque a valorização da educação e o aumento por sua busca não responde as disparidades sociais e as condições precárias em que muitas escolas ainda permanecem?

A escola se encontra ainda distante da realidade e do contexto social local, não há uma relação de proximidade com os problemas advindos das diferenças sociais. Ou seja, ainda não há um diálogo convincente, uma relação de compreensão e reciprocidade entre a escola e as diversas culturas e meios sociais. Com isso a relação entre alunos, pais e professores muitas vezes são conflituosas e de difícil entendimento. Neste sentido podemos remeter ao que Enguita (1989) coloca como "A face oculta da escola", ou seja, sua fundamentação e sua formação histórica de interesses de manter uma ideologia dominante. O que alicerça a estrutura da escola ainda permanece nesse sentido e as formas de organização técnicas e burocráticas da educação comprova essa dominação. A estrutura da escola precarizada, como podemos perceber em qualquer escola pública no Brasil, é reflexo de "jogo de interesses" políticos e econômicos. A escola prepara os 'cidadãos' de um país para o servir, servir o mercado e a reprodução da riqueza acumulada. Embora considerada importante e fundamental para o processo de busca por conhecimento, a escola enquanto instituição do Estado é instrumento de reprodução de uma ideologia dominante, de adequação à normas impostas, muitas vezes distantes da realidade cultural. Paralelo e paradoxalmente à esta visão a escola é considerada importante para o processo de formação e busca por conhecimento. É vista como positivo para o desenvolvimento da vida em sociedade, da organização e direitos sociais. Sem a educação e seu desenvolvimento histórico não poderíamos

estar refletindo sobre seu próprio funcionamento. A educação é fundamental para o desenvolvimento do ser humano, para viver no coletivo. Entretanto verificamos nos cotidianos escolares que a escola falha neste aspecto. Inúmeros são os problemas e conflitos provenientes das diferenças culturais, de raça, classe e gênero, que não são lidas pela escola e pelas práticas escolares. Então reescrevo a pergunta: como e porque a educação brasileira continua precária, diante de inúmeros estudos de nomeados pesquisadores da educação brasileira, de constatações de que este 'sistema' de organização escolar não funciona com o mesmo propósito que pensamos a educação de libertação e emancipação?

As respostas perpassam pelos interesses de uma estrutura organizacional do sistema político e econômico norteado pelos modos de produção capitalista na formação de mão-de-obra qualificada para as melhorias e aumento da produção. O que está na base, na fundação da educação ainda continua sendo os interesses de uma classe dominante. Assim o trabalho de professores e pesquisadores e de diversos segmentos sociais de busca por melhorias torna-se complicado e de difícil acesso, mas é importante ressaltar que não o torna impossível. Com isso, percebe-se a importância de uma Escola próxima e voltada para a realidade social e cultural da comunidades onde está inserida. Ao invés disso, verificamos uma escola que cada vez mais está mantendo suas raízes históricas de opressão e controle. Isto dificulta e limita a permanência e vitalidade de novos conceitos e novas práticas mais libertadoras e criadoras que a educação através da escola poderia proporcionar. A realidade social externa à escola é tão importante quanto o ato de ensinar. Por muitos anos, e ainda prevalece nos dias de hoje, a Escola trata seus alunos e professores de uma forma que todos fossem neutros e ausentes de qualquer sentimento e crenças. Os problemas sociais estão presentes e as diferenças, ou melhor, as produções culturais sobre as diferenças de classe social, gênero, raça, religião, influenciam na formação de cada um, e consequentemente nas suas relações, pelas quais se tornam, em primeiro lugar, sujeitos sociais. As relações sociais produzidas na escola estão intimamente ligadas ao contexto social interno e externo aos "muros da escola". Ela está presente, interligada ao conjunto de diferenças que tem que permanecer juntas, em uma sala de aula de forma "neutralizada" sem colocar sua expressão e descontentamento. Ao contrário de entender essas diferenças e estabelecer uma relação de reciprocidade com sua comunidade, a escola mantém sua rigidez e disciplina através de regras e padrões a serem seguidos os quais estão distantes da realidade local e cultural. Dessa forma, os conflitos gerados por estes "choques" de diferenças são cada vez mais alimentados com os tramites institucionais e burocráticos de uma unidade escolar. Nessa perspectiva, podemos retomar as perguntas, como e porque a Escola continua mantendo esse tipo e padrão de relação, rígida, autoritária, excludente se já existem inúmeros estudos e pesquisas sobre este tipo de Escola e educação que provam sua ineficácia?

Porque é tão extraordinário e difícil de manter um diálogo recíproco entre alunos, professores,

comunidade e instituição?

Para refletir sobre uma possível resposta é preciso olhar a situação histórica e social, do surgimento e dos objetivos da escola, para entendermos sua ideologia e a formação de uma educação institucionalizada; e um outro ponto importante é a relação (positiva ou negativa) da escola com sua realidade externa, com o contexto social e cultural. Por que as famílias não se sentem como pertencentes à escola e porque a escola causa situações traumáticas aos seus alunos e professores?

Quais as principais dificuldades encontrada pelos professores em ter e manter uma relação recíproca entre a escola e a comunidade?

Segundo Veiga-Neto, em Foucault & Educação (2005, p.83), o papel conferido à escola é a regulação social, de disciplinar e "fabricar corpos dóceis". A escola atual ainda possui características de uma sociedade disciplinar, de alinhamento, silêncio e subordinação. A estrutura física das escolas marcam essa característica como as carteiras enfileiradas, a ordem, a quantidade de alunos por série, ou seja, muito aluno para apenas um professor. Com isso a transmissão do conhecimentos fica restrito ao ouvir o professor nas suas explanações. Vivemos em uma sociedade mais hierárquica e burocrática do que democrática e cidadã, onde a valorização dos interesses pessoais são difíceis de superar para pensar de forma mais coletiva e de desenvolvimento de algo comum à maioria, que é a educação, a escola. Segundo Paro (2001) é necessário que a escola tenha um poder de decisão que possa ser compartilhado com seus usuários com a finalidade de servi-los de maneira mais efetiva. O mesmo autor ressalta que há uma grande "farsa educacional" em separar conceitos como qualidade e quantidade, "que são dialeticamente interdependentes, para mistificar a realidade do nosso pseudo-ensino". Esses entremeios da prática educacional desacelera um possível processo de desenvolvimentos educacional e barra as possibilidades de relação com o meio cultural em que a escola está situada. De acordo com Paro (2001) "cada vês mais se afirma a participação da comunidade, especialmente os pais, não apenas como um direito de controle democrático sobre os séricos do Estado, mas também como uma necessidade do próprio empreendimento pedagógico que é levado a efeito na escola", mas enfatiza o autor que este processo deve ser de continuidade e "enraizamento", intrínseco nas práticas escolares e que possa sair realmente dos escritos e artigos da lei para o cotidiano das escolas. Este certamente é mais um, entre tantos desafios de diferentes profissionais, para garantir que os direitos de cidadania sejam cumpridos. Para que haja uma autonomia da escola é necessário uma autonomia administrativa que seja situada no momento histórico reconhecendo a diversidade social e cultural existente. Silva (1996) considera que as abordagens sobre a autonomia são insuficientes pois coloca que "o que cria e mantém uma instituição autônoma é o sujeito que a institui e garante sua existência". As instituições humanas são criadas e mantidas por seres humanos e que o esquecimento do sujeito tende a, nos termos de Silva, "coisificar" a autonomia. Este mesmo autor

ressalta que "sem sujeito uma estrutura não tem vida e poder, quando muito, ser algo a facilitar ou dificultar a ação dos seres humanos concretos que a utilizam". Diante dessas colocações Silva diz que é importante repetir insistentemente a pergunta: "Quem" é a escola?

"Quem" é a sociedade?

"Quem" é o sujeito estruturador?

O sujeito é fator ausente na autonomia e por isso a compreensão da totalidade fica prejudicada. Segundo o mesmo autor esse esquecimento do sujeito é fruto da "desumanização" da instituição, "que parece ganhar vida, independente das pessoas que criam e mantém, tornando-se um ente com existência própria". Com isso, a historicidade da escola e sua função social de responsabilidade com a educação para todos fica esquecida e a escola entra no "mundo das coisas". Silva ressalta que a participação é um processo e que não pode ser pensado separadamente do tempo e de construções históricas e culturais. Ou seja, que não acontece do dia para a noite a participação da comunidade na escola. É preciso desconstruir e aproximar a escola de forma gradativa e com isso chegar na efetiva relação da escola e comunidade a partir de uma gestão comunitária firme, fundamentada e estabelecida com caráter contínuo de transformação da realidade de distanciamentos da escola com seus usuários e com o contexto em que está inserida.

4. A Participação A participação se torna cada vez mais desfigurada devido ao tipo de formação dada pelas políticas públicas de educação, que está mais voltada para um mundo do trabalho do que para a construção social da cidadania. A busca por qualificação é sinônimo de melhorias de trabalho e salário. A educação perde sua essência como princípio emancipador de desenvolvimento humano. No entanto, mesmo que esta busca acirrada por qualificação esteja abafando este lado da educação, de uma forma ou de outra se efetiva. Embora os interesses maiores sejam voltados para o mercado de trabalho, a educação continua presente em suas diversas formas e possibilidades de mobilidade social e busca por conhecimento. O processo de participação ocorre em diferentes lugares e momentos. De uma forma ou de outra, sempre tem um grupo de pais ou de alunos e professores tentando articular maneiras de driblar com as dificuldade impostas pelas forças institucionais de um Estado burocrático e de intencionalidades políticas governamentais. A participação possui formas concretas e exigências legais a serem cumpridas. Há um caminho institucional e burocrático a ser percorrido. Com isso, poderíamos dizer que o modelo de participação pode ser uma "faca de dois gumes": de um lado, o fato de estar garantida em lei torna a participação pré-requisito para o recebimento de verbas e prestação de gastos financeiros, bem como obriga o desenvolvimento de programas de acordo com as demandas; Por outro lado, esse engessamento ao mesmo tempo que legitima a participação, também a distância dos participantes, que por vários motivos (formação, trabalho, falta de tempo), acabam participando de forma superficial ou somente quando a escola solicita. Na verdade poderíamos arriscar a afirmação de que uma prática de participação necessita da outra para operacionalizar. Sem a

participação institucionalizada não haveriam espaços deliberativos regidos por lei dentro da formulação das políticas públicas que garantisse os direitos sociais. E para que a participação alcance os interesses da população ela necessita ser organizada em espaços não institucionais, articuladas durante uma conversa de muro entre vizinhos, uma reunião familiar ou uma ida ao mercado. Assim como na educação, a saúde também é construída em paralelo aos processos de participação que tentam incansavelmente encontrar maneiras de fazer parte das decisões. Para Vianna, por exemplo, os conselhos de saúde e as conferências consolidaram-se "como espaços de mediação, participação e intervenção de interesses e valores diversificados e plurais" (VIANNA, 2009 p.219). Vianna traz algumas reflexões a respeito do estatuto do conceito de participação no campo das ciências sociais. Ela discute as tentativas de definir o fenômeno da participação e relembra que a discussão sobre o tema é, consideravelmente nova nas agendas públicas e acadêmica. Partilhamos aqui de uma indagação que a autora faz sobre o funcionamento do processo de participação: "tratar-se-ia de uma potência decisória ilusória?
". Certamente esta resposta vem sendo procurada por muitos pesquisadores. Esta pergunta também permeia nossas reflexões. Como saber, que tipo de participação se consolida no dia a dia das pessoas e das instituições?

Cortes (2002), considera que há participação quando o envolvido tomar parte do processo de decisão política. Esta autora estuda a participação no contexto de reformas setoriais em países em desenvolvimento. E nos lembra que este fenômeno da participação vem surgindo também devido a atuação dos movimentos sociais. O contexto da participação, como podemos perceber, é amplo e diverso. Evelina Dagnino (2004) traz uma importante reflexão sobre o lado "perverso" em que a participação pode estar relacionada: uma vez que não se encontra somente no processo de democratização do país, mas também nos interesses do neoliberalismo (Estado Mínimo). Segundo a autora, ambos "fortalecem a sociedade civil". Explica a "confluência perversa e o deslocamento de significados" em que a noção e a prática de participação vem tomando. Afirma que com as políticas neoliberais, de retorno ao individualismo e à solidariedade, é redefinido o significado da participação. Em suas palavras, "o significado político crucial da participação é radicalmente redefinido e reduzido à gestão" (DAGNINO, 2004 p. 103). No entanto, Dagnino nos lembra que "o projeto neoliberal encontra um contentor relativamente consolidado ... capaz de constituir um campo de disputa" (DAGNINO, 2004 p. 99). Ou seja, a organização da sociedade civil, os movimentos sociais, as lutas democratizantes estão presentes reafirmando um coletivo que os interesses neoliberais não se cansam em esconder. A participação é um fenômeno social que vem sendo estudada por muitos autores. Tem sua história ligada aos movimentos sociais, as questões de cidadania, democracia e sociedade civil. Existem dois tipos de participação colocadas por Avritzer (2012) que este trabalho durante o doutorado em sociologia também pretende investigar: Uma que designou de "participação institucionalizada", ou seja, que está prevista em lei, que

determina políticas públicas nos três níveis de governo e que conta com a participação da sociedade civil. E uma outra, "que se manifestam na persistência de formas não institucionalizadas de participação, lado a lado com as formas institucionalizadas, especialmente aquelas organizadas pelo Estado" (AVRITZER, 2012 p 11-12). Sendo assim, estas duas noções de participação são como pontos de partida para o trabalho de campo e a análise dos dados da pesquisa proposta. É importante considerar que estas duas noções não são tomadas isoladamente, pelo contrário, elas acontecem ao mesmo tempo, nos entremeios das práticas institucionais e cotidianas. O campo de pesquisa está sendo dentro do contexto da participação no Sistema Único de Saúde (SUS). Essa discussão necessária entre participação e educação vem deste campo, que nos fez verificar a importância em que estes dois pilares precisam ficar juntos, mas que estão sempre sendo distanciados. A saúde foi o setor pioneiro na institucionalização de espaços como os conselhos. Segundo Avritzer isso se deve às fortes manifestações da sociedade civil organizada através dos movimentos sociais. Boaventura de Souza Santos, nos remete a uma questão polêmica: fala na necessidade de "democratizar a democracia". Ao descrever sobre os caminhos da democracia participativa, enfatiza dois vieses da participação: um que é a sua vulnerabilidade e ambiguidades; e outro as suas potencialidades, ou seja, as conquistas efetivas através dos processos de participação. Além disso, nos remete ao que chama de "recriação das formas do político", visto que os caminhos democráticos estão cada vez mais fechados aos interesses dos que chama de "atores hegemônicos". Comenta que, a participação pode se transformar facilmente em um processo de controle social que se organiza "de cima para baixo, onde interesses e atores hegemônicos encontram uma nova forma de prevalecer sobre interesses e atores subordinados, com menos capital político ou organizativo" (SANTOS, 2002 p. 28). Em contrapartida, este mesmo autor afirma que a participação também produz espaços de inovação, "capaz de gerar modelos contra-hegemônicos de democracia" (SANTOS, 2002 p. 33). Neste sentido, a participação ganha múltiplos aspectos e isso demonstra os inúmeros usos que se faz deste processo. **5. Reflexões Finais** Diante das reflexões até aqui realizadas, é possível afirmar a importância de compreender os fatos históricos e o processo de construção social. A história nos mostra que as mudanças ocorrem ao longo do tempo e que deixam suas marcas, assim como o surgimento de novas teorias, formas de vida e de sociedade. A educação faz parte desse processo histórico, constitui e é constituída pelas relações sociais, históricas e culturais. Percebemos muitos avanços e retrocessos em diferentes pontos de vista na educação, e isto nos faz pensar em que tipo de educação estamos reproduzindo e que tipo de formação nos produz. As discussões acadêmicas ganham fôlegos devido à importância de conhecer o que está como "pano de fundo" do cenário educacional brasileiro. Pensar em educação é pensar no coletivo, na formação do ser humano para a organização da vida em sociedade; é pensar em interesses políticos e econômicos. As pesquisas e ações no campo da educação são fundamentais para o processo de construção social e da própria

história dos fundamentos da educação para compreendermos a dinâmica das relações sociais. O campo de pesquisa nos tem mostrado a relação intrínseca do tipo de educação estamos adquirindo em nossas escolas com o processo de participação social e política. Cada vez mais as pessoas se desinteressam de participar por falta de informações e também, por não acreditarem que, em algumas instancias participativas, suas reinvindicações serão atendidas. A educação faz parte de um complexo amontoado de consequências, globais e locais, que devem ser estudadas para a continuidade de um processo de busca por melhorias na qualidade de vida. O processo de participação depende substancialmente de um processo educacional voltado para a vida em sociedade e não somente para criar mão de obra qualificada e mal remunerada. **6. Bibliografia**

AVRITZER, Leonardo. *Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Brandão, Carlos. *O que é Educação?*
São Paulo: Brasiliense, 1995. CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo. Editora Ática, 2006. CORTES, Soraya M.V*. Construindo a Possibilidade da Participação dos Usuários***:** conselhos e conferências no sistema único de saúde. In: Sociologias. Porto Alegre, ano 4, n 7, 2002. DAGNINO, Evelina. *Sociedade Civil. Participação e Cidadania: do que estamos falando?*
In: Politicas de Ciudadania y Sociedad en tiempos de globalizacón. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. ENGUITA, M. F. *A Face Oculta da Escola*. Artes Médicas: Porto Alegre, 1989. Paro, Vitor Henrique. *Escritos Sobre Educação*. São Paulo: Xamã, 2001. SANTOS, Boaventura de S. (org). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 SILVA, Jair Militão. *A autonomia da escola pública:* A re-humanização da escola. Campinas: Papirus, 1996 (Coleção Práxis). Veiga-neto, Alfredo. *Foucault & a Educação*. Belo Horizonte: Autentica, 2005. VIANNA, Maria Lúcia T. W. *Participação em Saúde: do que estamos falando?*
In: Sociologias, Porto Alegre, ano 11, n 21, 2009.

[1] **Virginia Caroliny Silva Alexandre.** Doutoranda em Sociologia/UFS virginiacsalexandre@gmail.com
[1] **Paulo Sergio da Costa Neves.** Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFS pscneves@hotmail.com
)

Recebido em: 07/08/2016

Aprovado em: 09/08/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: